



**Tribunal Regional Eleitoral
do Estado do Pará
Concurso Público 2010
6/2/2011 – TARDE**



Caderno de Provas Objetivas e de Redação

ANALISTA JUDICIÁRIO TIPO 1 – BRANCO

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do tipo 1. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 1**. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 1;
 - b) este caderno de prova tipo 1, com o enunciado da redação e das 50 (cinquenta) questões, sem repetição ou falha.
 - c) uma folha destinada à redação.
- Não será permitida a permanência de candidato em sala de prova portando aparelhos eletrônicos como *pager*, telefone celular, relógio do tipo *data bank*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, máquina de calcular e/ou similares. **Tal infração pode acarretar eliminação sumária do candidato.**
- Verifique se o material está em ordem, se seu nome e número de inscrição são os que aparecem na folha de respostas.
- Ao receber a folha de respostas, é sua **obrigação**:
 - a) ler atentamente as instruções de preenchimento da folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
- Você deve deixar para destacar a parte que traz sua identificação na folha de redação somente no momento de entregá-la.
- As questões da prova são identificadas pelo número que se situa acima do enunciado.
- Você deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova.
- O preenchimento da folha de respostas, de inteira responsabilidade do candidato, dar-se-á mediante utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul.
- Em hipótese alguma haverá substituição das folhas de respostas por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de quatro horas.
- Você somente poderá sair do local de prova 90 (noventa) minutos após o seu início.
- Você somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.

REDAÇÃO

Em um dos fóruns mais populares da Internet, uma adolescente posta a seguinte mensagem no dia anterior ao segundo turno das eleições de 2010:

A Dilma me desculpe, mas amanhã eu vou à praia! Eu tenho 16 e não sou obrigada a votar, então... praia aí vou eu! Meu pai e minha mãe vai justificar. (sic)

Outro adolescente comenta a postagem acima:

Olha que legal, tenho 16 anos e vou votar sim, sou brasileiro, e vou exercer meu direito civil. Se você ainda não compreendeu esse ato, daqui uns anos você irá entender muito bem! Se você não gosta de eleições, ou mesmo de política por motivos de corrupção, acho melhor você gostar mais ainda, porque se você não gosta, dá para mudar. Uma pessoa sozinha não muda quase nada, mais milhões de brasileiros juntos, muda muito, e como muda. Talvez você não me entenda, e independente de quem vou votar amanhã, é um direito meu, que se eu não valorizar ele, podemos perder muito com isso, lógico se muitos pensarem assim. Por isso, te aconselho, nas próximas eleições, que será eleições regionais, vote, pesquise, pense, e exerça seu direito! (sic)

As duas postagens acima revelam concepções distintas acerca do processo eleitoral e da maneira como ele se organiza no Brasil.

Com base em sua reflexão, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com obrigatoriamente entre 25 e 30 linhas, discutindo a seguinte questão:

Abrir mão do direito de votar significaria recusar futuramente o dever de fazê-lo?

Como reza o edital, em seu item 9.7, as redações serão corrigidas com base no seguinte critério:

(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	PONTUAÇÃO
1 – Apresentação, legibilidade, margens e parágrafos	1,0
2 – Adequação ao tema e/ou à tipologia textual	1,0
3 – Estrutura textual (construção pertinente de introdução, desenvolvimento e conclusão)	2,0
4 – Pertinência e riqueza de argumentos/exemplos	2,0
5 – Relação lógica entre as ideias	2,0
6 – Objetividade, ordenação e clareza das ideias	2,0
TOTAL	10,0

(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	FÓRMULA DE PONTUAÇÃO
Indicação de um erro por cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1 – Ortografia, acentuação e crase	
2 – Inadequação vocabular	
3 – Repetição ou omissão de palavras	
4 – Falha de construção frasal ou falta de paralelismo	
5 – Pontuação	
6 – Emprego de conectores	
7 – Concordância verbal ou nominal	
8 – Regência verbal ou nominal	
9 – Emprego e colocação de pronomes	
10 – Vícios de linguagem, estruturas não recomendadas e emprego de maiúsculas e minúsculas	
	$NF = A - (3B/TL)$
	onde:
	NF = Nota Final;
	A = Soma dos aspectos macroestruturais;
	B = Quantidade de ocorrências dos erros;
	TL = Total de linhas efetivamente escritas.

9.7.1. O candidato não pode obter nota ZERO no item 2 dos aspectos macroestruturais (A), sob pena de ter sua redação anulada.

9.7.2. A redação deverá ser composta utilizando-se obrigatoriamente entre 25 e 30 linhas.

9.7.3. Por linha efetivamente escrita entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições e conjunções.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões 1 a 13

Financiamento de campanhas eleitorais: aspectos éticos

Além dos aspectos legais, as empresas que decidirem participar do processo eleitoral devem buscar procedimentos éticos na tomada de decisões relacionadas ao financiamento de candidatos e partidos políticos.

Tradicionalmente, os controladores das empresas são os responsáveis pela decisão de como os recursos devem ser distribuídos entre candidatos e partidos. Os sócios e colaboradores dificilmente são consultados, e muitas vezes o apoio reflete mais as posições pessoais dos controladores do que os valores e princípios das empresas.

A consulta aos sócios e colaboradores sobre candidatos e partidos que a empresa deve apoiar não implica, necessariamente, transformar a decisão desse apoio em algo coletivo. O simples fato de consultá-los ajuda a criar um ambiente socialmente responsável nas empresas. É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários. Também é certo, por outro lado, que, ao aumentarem a transparência do processo de tomada de decisões, as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades que são impactadas por suas atividades e são gratificadas com o reconhecimento e engajamento dos seus colaboradores e a preferência dos consumidores, em consonância com o conceito de responsabilidade social, o qual, é sempre bom lembrar, está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial e abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo.

Outra iniciativa que pode ter grande impacto junto aos colaboradores, parceiros e sócios das empresas é a promoção de debates sobre o processo eleitoral e o funcionamento e atribuições das instâncias de poder em jogo nas eleições (Presidência da República, Senado, Câmara Federal e Assembleias Legislativas). As empresas podem convidar candidatos, cientistas políticos, jornalistas e administradores públicos para a discussão de ideias, propostas e conceitos. Também podem

incentivar debates políticos dentro da empresa, bem como trazer matérias sobre o tema em publicações internas. É importante desmistificar a ideia de que política é uma sujeira só e sem utilidade. Essa é uma forma de contribuir para aumentar a consciência política e a qualidade do voto dentro de toda a cadeia produtiva, entre os parceiros e colaboradores. Esse procedimento ajuda a criar na sociedade ambiente ético e transparente, acentuando a democracia nas relações sociais e políticas.

Além de consultar sócios, parceiros e colaboradores e de realizar debates, as empresas podem também promover campanhas de esclarecimento junto a seus colaboradores. Um conceito útil para ser adotado é o do voto consciente.

Infelizmente, ainda hoje assistimos no Brasil a fenômenos que há muito deveriam ter sido excluídos da vida política nacional, como a compra de votos e a atitude de diversos candidatos, durante as campanhas eleitorais, de “doar” cestas básicas e toda a sorte de brindes em troca da promessa de voto dos eleitores. O conceito de voto consciente é justamente o contraponto dessas práticas, visando estabelecer critérios racionais que façam do voto um instrumento de cidadania. Voto consciente é aquele em que o cidadão pesquisa o passado dos candidatos, avalia suas histórias de vida e analisa se as promessas e programas eleitorais são coerentes com as práticas dos candidatos e de seus partidos.

(Instituto Ethos. *A Responsabilidade Social das Empresas no Processo Eleitoral*. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Com adaptações.)

1

Com base na leitura do texto, analise as afirmativas a seguir:

- I. Tradicionalmente, a decisão de uma empresa apoiar determinado candidato no processo eleitoral tem mais relação com uma concepção individual do que empresarial.
- II. As consultas a sócios e colaboradores e debates com os candidatos ajudam a promover a responsabilidade social das empresas.
- III. É possível, dentro do conceito ético de responsabilidade social, que a empresa apoie candidato que não represente a convicção pessoal de seus controladores.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

2

O texto se classifica como

- (A) narrativo.
- (B) injuntivo.
- (C) descritivo.
- (D) dissertativo.
- (E) epistolar.

3

Também é certo, por outro lado, que, ao aumentarem a transparência do processo de tomada de decisões, as empresas adquirem o respeito das pessoas e comunidades que são impactadas por suas atividades e são gratificadas com o reconhecimento e engajamento dos seus colaboradores e a preferência dos consumidores, em consonância com o conceito de responsabilidade social, o qual, é sempre bom lembrar, está se tornando cada vez mais fator de sucesso empresarial e abrindo novas perspectivas para a construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. (L.27-39)

O período acima é composto por

- (A) seis orações.
- (B) oito orações.
- (C) nove orações.
- (D) sete orações.
- (E) dez orações.

4

Voto consciente é aquele em que o cidadão pesquisa o passado dos candidatos, avalia suas histórias de vida e analisa se as promessas e os programas eleitorais são coerentes com as práticas dos candidatos e de seus partidos. (L.76-81)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

I. O adjetivo *eleitorais* refere-se sintaticamente tanto a *promessas* quanto a *programas*, mas semanticamente diz respeito somente a *programas*.

II. Há somente uma conjunção integrante.

III. Há dois pronomes substantivos e dois pronomes adjetivos.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

5

Infelizmente, ainda hoje assistimos no Brasil a fenômenos... (L.67-68)

No trecho acima, foi empregada a regência do verbo em completo acordo com a norma culta. Assinale a alternativa em que isso **NÃO** tenha ocorrido.

- (A) O povo aspira a governos menos corruptos.
- (B) Ele assiste em Belém.
- (C) O combate à corrupção implica em medidas éticas por parte das empresas.
- (D) As empresas pagaram aos funcionários na data correta.
- (E) Muitas vezes o povo esquece o passado dos políticos.

6

Essa é uma forma de contribuir para aumentar a consciência política e a qualidade do voto dentro de toda a cadeia produtiva, entre os parceiros e colaboradores. (L.54-57)

A respeito do período acima e sua relação com o texto, analise as afirmativas a seguir:

I. O pronome *Essa* tem valor anafórico.

II. Em *toda a cadeia produtiva*, a supressão do artigo *a* não provoca alteração de sentido.

III. O período é todo composto por subordinação.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

7

Os sócios e colaboradores dificilmente são consultados, e muitas vezes o apoio reflete mais as posições pessoais dos controladores do que os valores e princípios das empresas. (L.9-13)

A respeito da vírgula no período acima, é correto afirmar que

- (A) está correta, pois se trata de vírgula antes da conjunção E com valor adversativo.
- (B) está correta, pois é caso de vírgula antes da conjunção E que inicia oração com sujeito diferente do da anterior.
- (C) está incorreta, uma vez que não é necessário usar vírgula já havendo a conjunção E, mesmo sem valor aditivo.
- (D) está incorreta, já que introduz oração aditiva, mesmo que os sujeitos sejam diversos.
- (E) é facultativa, pois as orações apenas se justapõem e não se coordenam.

8

Assinale a palavra que tenha sido acentuada seguindo a mesma regra que *distribuídos* (L.8).

- (A) sócio
- (B) sofrê-lo
- (C) lúcidos
- (D) constituí
- (E) órfãos

9

É correto afirmar, em relação ao texto, que o quinto parágrafo

- (A) retoma o parágrafo anterior, relativizando-o.
- (B) tem papel aditivo em relação aos dois parágrafos anteriores.
- (C) explicita o parágrafo anterior.
- (D) explica os dois parágrafos anteriores.
- (E) dá continuidade ao parágrafo anterior, exemplificando-o.

10

É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários. (L.19-26)

Assinale a alternativa que apresente pontuação igualmente correta para o período acima.

- (A) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato, ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
- (B) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e – mais ainda – a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
- (C) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas e – mais ainda –, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
- (D) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas, e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões sobre aspectos tão sensíveis como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.
- (E) É certo que a separação dos valores e princípios pessoais dos controladores dos valores e princípios das empresas, e, mais ainda, a transformação dessa dissociação em um novo critério para a tomada de decisões, sobre aspectos tão sensíveis, como o apoio a determinado partido ou candidato ainda é uma atitude difícil para grande parte dos empresários.

11

No último parágrafo, as aspas em *doar* confirmam, para o vocábulo, seu aspecto de

- (A) polifonia.
(B) coloquialismo.
(C) antonímia.
(D) metáfora.
(E) ironia.

12

Assinale a palavra em que o prefixo tenha o mesmo valor semântico que o de *dissociação* (L.23).

- (A) dissolver
(B) dispor
(C) discordar
(D) disenteria
(E) dissimular

13

É importante desmistificar a ideia de que política é uma sujeira só e sem utilidade. (L.52-54)

Em relação ao período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível deslocar o vocábulo *só* para antes do verbo sem provocar alteração de sentido.
II. Há uma oração subjetiva.
III. Há uma oração completiva nominal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(B) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

As questões 14 e 15 referem-se ao Manual de Redação da Presidência da República.

14

Com base no *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Em comunicações oficiais, está abolido o uso do tratamento digníssimo (DD), às autoridades. A dignidade é pressuposto para que se ocupe qualquer cargo público, sendo desnecessária sua repetida evocação.
II. Fica dispensado o emprego do superlativo *Ilustríssimo* para as autoridades que recebem o tratamento de Vossa Senhoria e para particulares. É suficiente o uso do pronome de tratamento Senhor.
III. *Doutor* não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Deve-se evitar usá-lo indiscriminadamente. Como regra geral, deve ser empregado apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
(B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
(C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
(D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
(E) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

15

Segundo o *Manual de Redação da Presidência da República*, **NÃO** se deve usar Vossa Excelência para

- (A) embaixadores.
(B) conselheiros dos Tribunais de Contas estaduais.
(C) prefeitos municipais.
(D) presidentes das Câmaras de Vereadores.
(E) vereadores.

16

A imagem abaixo é retirada da parte superior do site do TRE-PA.



Ao passar o mouse sobre o mapa do Estado do Pará e o cursor



indicar _____, isso significa que

- (A) há um hiperlink, que pode levar a uma página do Governo do Estado do Pará.
- (B) o mapa é somente uma imagem, que não remete a nenhum outro endereço.
- (C) se pode clicar no mapa e alcançar o mesmo resultado que se clicar em Home.
- (D) a imagem pode ser ampliada na própria página.
- (E) o computador está processando a informação solicitada, devendo o usuário aguardar o carregamento da página.

17

No Microsoft Word, é possível

- (A) inserir numeração de páginas não sequencial, bastando para tal inserir uma quebra de seção no documento e indicar a nova numeração na formatação do número de página.
- (B) criar um índice analítico, após delimitar os estilos como “títulos”, pressionando a tecla F2.
- (C) inserir uma quebra de linha pressionando-se em conjunto Ctrl e Enter.
- (D) dividir o texto selecionado em colunas pressionando-se em conjunto Alt, X e o número de colunas que se deseja.
- (E) ir ao início do documento pressionando-se em conjunto Shift e PageUp.

18

A respeito do Microsoft PowerPoint, analise as afirmativas a seguir:

- I. É possível salvar a apresentação como Apresentação de Slides.
- II. Para iniciar a apresentação, basta pressionar a qualquer momento a tecla F5.
- III. É possível imprimir mais de um slide por página.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19

No Windows Explorer, é possível

- (A) renomear um arquivo sem movê-lo, mesmo estando ele aberto.
- (B) mesclar documentos do Word, comparando as alterações realizadas em versões diferentes.
- (C) copiar um documento do Microsoft Excel e salvá-lo como documento do Word.
- (D) copiar um arquivo para outra pasta, mesmo estando ele aberto.
- (E) mover um arquivo de uma pasta para a área de trabalho, mesmo estando ele aberto.

20

Um dos procedimentos ligados à Internet e ao uso do e-mail corresponde ao que hoje se denomina Netiqueta. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

- I. Constitui destaque importante redigir comunicações via e-mail usando-se somente letras maiúsculas.
- II. Em comunicações profissionais, fica abolida a formalidade na comunicação por e-mail, podendo-se usar sem ressalvas formas abreviadas e comuns ao MSN. O que fica vetado é o uso de palavras de baixo calão.
- III. Para que todos possam compreender todo o histórico de uma conversa, quando alguém for introduzido como destinatário do e-mail, deve-se manter visível toda a comunicação anterior dirigida a somente um dos destinatários.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

É atribuição constitucional do Presidente da República

- (A) dispor, mediante portaria, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- (B) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (C) nomear, em caráter privativo e sem a aprovação dos demais Poderes da República, os Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (E) decretar e executar a intervenção federal.

22

A fim de arrecadar recursos e aplicá-los nas campanhas eleitorais, são constituídos comitês financeiros para cada uma das eleições para as quais o partido apresente candidato próprio.

A respeito desses comitês e da prestação de contas, é correto afirmar que

- (A) na eleição presidencial, é obrigatória a criação de comitê nacional e facultativa a de comitês nos Estados e no Distrito Federal.
- (B) os comitês financeiros serão registrados, até 10 (dez) dias após sua constituição, nos órgãos da Justiça Eleitoral aos quais compete fazer o registro dos candidatos.
- (C) nas eleições presidenciais, é obrigatório para os partidos e opcional para os candidatos abrir conta bancária específica para registrar todo o movimento financeiro da campanha.
- (D) as prestações de contas dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais serão sempre feitas pelos comitês financeiros.
- (E) a inobservância do prazo para encaminhamento das prestações de contas não impede a diplomação dos eleitos, que têm 60 (sessenta) dias para apresentá-las a partir da data da diplomação.

23

A respeito das inelegibilidades, analise as afirmativas a seguir:

I. Os analfabetos são inelegíveis para qualquer cargo e, além disso, estão impedidos de votar por determinação legal.

II. É condição de elegibilidade a idade mínima de 35 (trinta e cinco) anos para os candidatos à Presidência da República e de 30 (trinta) anos para aqueles que pleiteiam a chefia do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal.

III. Aqueles que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, entre outros, são inelegíveis para qualquer cargo.

IV. As arguições de inelegibilidade são conhecidas pelo TSE quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República e Senador, e pelos Tribunais Regionais Eleitorais no caso dos Governadores ou Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e IV estiverem corretas.

24

Analise as três situações hipotéticas a seguir:

Situação 1: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais, encontrava-se na China a turismo, tendo retornado ao Brasil no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Situação 2: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais, encontrava-se na China a trabalho, tendo retornado ao Brasil no dia 12 de novembro do mesmo ano.

Situação 3: Durante o primeiro turno das eleições de 20XX, Maria, eleitora em dia com suas obrigações eleitorais e com domicílio eleitoral em Belém do Pará, encontrava-se em Santa Catarina, tendo retornado a Belém no dia 12 de novembro do mesmo ano.

A respeito das situações acima, é correto afirmar que

- (A) na situação 1, Maria tem 30 dias contados de seu retorno ao país para justificar sua falta por meio de requerimento dirigido ao Juiz Eleitoral de sua zona de inscrição, ao passo que, na situação 2, ela tem o prazo dilatado para 60 dias por estar ausente devido ao seu trabalho.
- (B) nas situações 1 e 2, Maria possui o prazo de 60 dias contados de seu retorno ao Brasil para justificar sua falta, uma vez que se encontrava no exterior, impossibilitada de cumprir com suas obrigações eleitorais.
- (C) na situação 3, por encontrar-se no país, Maria tem o prazo de 30 dias da data da eleição para justificar sua falta. Esse pedido pode ser formulado na zona eleitoral em que se encontrar o eleitor, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.
- (D) nas situações 1 e 2, o prazo para justificar sua falta é de 30 dias contados do seu retorno ao país. Já na situação 3, o prazo é de 60 dias após a realização da eleição, sendo que, no último caso, o pedido pode ser formulado na zona eleitoral em que se encontrar o eleitor, a qual providenciará sua remessa ao juízo competente.
- (E) nas três situações, Maria tem o prazo de 30 dias para justificar sua falta, sendo que, em relação à viagem à China, o prazo é contado da data de seu retorno ao país.

25

A modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto, é denominada

- (A) concorrência.
- (B) convite.
- (C) tomada de preços.
- (D) concurso.
- (E) pregão.

26

Quanto aos órgãos da Justiça Eleitoral, é correto afirmar que

- (A) cabe a jurisdição de cada uma das Zonas Eleitorais a um Juiz de Direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal, que, igualmente, deve ter adquirido a vitaliciedade para exercer as funções de juiz eleitoral.
- (B) são irrecorríveis as decisões do TSE salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à Constituição Federal e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso ordinário para o STF, interposto no prazo de 3 (três) dias.
- (C) candidato a cargo eletivo, seu cônjuge e parente consanguíneo até segundo grau ou afim até o terceiro grau não podem servir como Escrivão Eleitoral.
- (D) compete, privativamente, aos Tribunais Regionais Eleitorais, na falta de determinação legal ou constitucional, determinar a data das eleições a Governador e Vice-Governador, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.
- (E) no exercício de suas atribuições, o Corregedor Regional da Justiça Eleitoral somente se locomoverá para as Zonas Eleitorais por determinação do TSE ou do TRE, ou a pedido dos Juízes Eleitorais.

27

Analise as afirmativas a seguir:

I. São causas de nulidade da votação quando esta é realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas, assim como quando for preterida formalidade essencial do sigilo do sufrágio.

II. Uma das causas de anulabilidade da votação se dá quando votar eleitor de outra seção. Entretanto, a regra comporta exceções como, por exemplo, o Juiz Eleitoral, que pode votar em qualquer Seção da Zona sob sua jurisdição, salvo em eleições municipais, nas quais poderá votar em qualquer Seção do Município em que for eleitor.

III. Sendo as eleições no dia 5 de outubro, se um eleitor cometer um crime nas 72 horas anteriores à data acima, ele somente poderá ser preso ou detido no caso de flagrante delito.

IV. Candidato à reeleição, o vereador Antônio da Silva, durante um comício, agride fisicamente um eleitor que o acusou de desviar verbas do município X. Se a agressão ocorrer nos 30 (trinta) dias anteriores ao pleito, Antônio somente poderá ser preso ou detido em flagrante delito.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

28

João da Silva, eleitor devidamente registrado, teve seus direitos políticos suspensos em virtude de improbidade administrativa e cumpriu integralmente a pena determinada pelo Poder Judiciário.

Nos casos de perda ou suspensão dos direitos políticos, é correto afirmar que

- (A) quando da suspensão, a autoridade judiciária responsável determina a inclusão de dados no sistema mediante comando de FASE. Entretanto, não se tratando de eleitor de sua zona eleitoral, o juiz eleitoral comunicará o fato diretamente à zona eleitoral a que pertencer a inscrição.
- (B) cessadas as causas da suspensão, a pessoa com restrições pode pleitear a regularização da sua situação eleitoral, preenchendo requerimento e instruindo o pedido com a Declaração de Situação de Direitos Políticos e documentação comprobatória de sua alegação, que, no caso descrito, pode ser a sentença judicial, certidão do juízo competente ou outro documento.
- (C) a legislação eleitoral determina que a outorga a brasileiros do gozo dos direitos políticos em Portugal, devidamente comunicada ao Tribunal Superior Eleitoral, não importará suspensão desses mesmos direitos no Brasil.
- (D) os direitos políticos podem ser cassados no caso de cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado, incapacidade civil absoluta, condenação criminal transitada em julgado e recusa em cumprir obrigação a todos imposta.
- (E) quando se tratar de pessoa com inscrição cancelada no cadastro, o registro será feito diretamente na Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos pelo juiz eleitoral da zona onde originalmente a pessoa estava cadastrada.

29

As constituições imutáveis são aquelas que não comportam modificação de nenhuma espécie, enquanto as rígidas exigem um processo de alteração mais rigoroso do que aquele previsto para a legislação infraconstitucional. A Constituição de 1988 é considerada super-rígida, isto é, ela possui uma parte imutável e uma parte rígida.

Para que se altere a CRFB de 1988 na sua parte rígida, é necessário que

- (A) haja proposta de emenda por, no mínimo, metade dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- (B) a proposta de emenda seja discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- (C) a proposta de emenda seja aprovada se obtiver, em pelo menos uma das casas, três quintos dos votos.
- (D) a emenda seja promulgada pelo Senado Federal, que detém competência privativa para tanto.
- (E) a proposta de emenda tenha iniciativa do Presidente da República ou dos Governadores dos Estados ou do Distrito Federal.

30

O controle concentrado de constitucionalidade pode ser exercido por meio de diversos instrumentos elencados na Constituição. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) são legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, entre outros, o Presidente da República, o Procurador-Geral da República, o Presidente do Senado e o Conselho Federal da OAB.
- (B) a concessão de medida cautelar em sede de ação direta de inconstitucionalidade não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, em virtude da impossibilidade de repristinação no ordenamento jurídico brasileiro.
- (C) o Advogado-Geral da União funciona como uma espécie de curador da presunção de constitucionalidade dos atos emanados do Poder Público; entretanto, ele não está obrigado a defender tese jurídica se sobre ela o STF já fixou entendimento pela sua inconstitucionalidade.
- (D) a decisão do STF em sede de ADI e ADC somente admite agravo de instrumento e embargos de declaração interpostos pelos requerentes ou requeridos, sendo vedado o benefício ao *amicus curiae*.
- (E) a sentença de inconstitucionalidade tem natureza declaratória e, em consequência disso, possui, sempre, eficácia *ex tunc*, ceifando o ato no momento de sua entrada no ordenamento jurídico e assim colhendo todos os efeitos por ele produzidos à pecha de nulidade.

31

A respeito da remuneração na Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

- I. Isonomia de vencimentos é a igualdade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados de poderes diferentes.
- II. Paridade de vencimentos é a igualdade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados de um mesmo poder.
- III. Vinculação é o atrelamento de uma majoração a outra.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

32

O retorno de servidor à atividade, quando invalidada sua demissão, corresponde à

- (A) reversão.
- (B) readaptação.
- (C) reintegração.
- (D) recondução.
- (E) recapacitação.

33

A respeito da estrutura organizacional, analise as afirmativas a seguir:

- I. A estrutura organizacional determina relações formais de subordinação, entre as quais o número de níveis na hierarquia e amplitude de controle de gerentes e supervisores.
- II. A estrutura organizacional identifica o agrupamento de indivíduos em departamentos e de departamentos na organização como um todo.
- III. A estrutura organizacional inclui o projeto de sistemas para assegurar comunicação eficaz, coordenação e integração de esforços entre os departamentos.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

34

A Constituição de 1988, em relação à nacionalidade, determina que

- (A) são privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do Senado Federal, assim como os Ministros do STF e do STJ.
- (B) perde a nacionalidade brasileira aquele que adquirir outra nacionalidade, sem exceções.
- (C) é considerada brasileiro nato a pessoa nascida na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros a serviço de seu país.
- (D) os estrangeiros aqui residentes há mais de 10 (dez) anos ininterruptos, sem condenação penal, podem requerer a cidadania brasileira, tornando-se brasileiros naturalizados.
- (E) é brasileiro nato aquele nascido no estrangeiro de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.

35

A competência dos entes federativos para legislar está disposta na Constituição de 1988.

A esse respeito, analise os itens a seguir:

- I. seguridade social;
- II. custas dos serviços forenses;
- III. proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- IV. trânsito e transporte;
- V. registros públicos.

Para legislar, é correto afirmar que os itens

- (A) I, IV e V são de competência privativa da União.
- (B) I, II e IV são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) I, III e IV são de competência privativa da União.
- (D) III, IV e V são de competência privativa da União.
- (E) I, II e V são de competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

36

Entre os vícios que tornam nulo o ato administrativo está

- (A) a incompetência, caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.
- (B) o desvio de finalidade, que é a omissão de formalidade indispensável à existência do ato.
- (C) a ilegalidade do objeto, em que a matéria de direito em que se fundamenta o ato é inexistente.
- (D) o vício de forma, que ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei.
- (E) a inexistência dos motivos, quando o agente pratica o ato visando a objetivo diverso do previsto nas regras de competência.

37

A respeito das entidades da Administração Pública Indireta, é correto afirmar que

- (A) as áreas de atuação das fundações de direito público são determinadas via lei ordinária.
- (B) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público criadas com o registro de seus atos constitutivos.
- (C) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
- (D) as autarquias possuem natureza jurídica de direito privado, sendo criadas diretamente por lei, sem necessidade de registro.
- (E) com a entrada em vigor da lei instituidora de sociedade de economia mista, dá-se o termo inicial de sua pessoa jurídica.

38

A licitação é dispensável nos seguintes casos:

- I. em casos de guerra ou grave perturbação da ordem;
- II. quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração;
- III. para aquisição de materiais que só possam ser fornecidos por produtor exclusivo, devendo a comprovação de exclusividade ser feita por meio de atestado;
- IV. quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

Analisando-se os itens acima, estão corretos somente

- (A) II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

39

No que diz respeito à responsabilidade civil da Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) a indenização em virtude de atos lesivos dos agentes públicos compreende somente os danos materiais.
- (B) os atos lesivos praticados por agente público no exercício de sua função geram responsabilidade da Administração Pública sem, contudo, autorizar o direito de regresso desta contra o responsável pelo dano nos casos de dolo ou culpa.
- (C) caso um servidor do TRE-PA, no exercício de sua função, agrida verbalmente um advogado, configurando dano moral, está implicada a responsabilidade subsidiária do Tribunal.
- (D) o Estado e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos causados a terceiros por seus agentes, no exercício de suas funções.
- (E) a responsabilidade objetiva do Estado dispensa a existência de dano causado a terceiro por seus agentes, no exercício de sua função, por força da adoção da teoria do risco integral pela Constituição de 1988.

40

Pessoa jurídica de direito privado com estabelecimento na cidade de Belém, no Pará, onde se reúne a diretoria, possuindo outros estabelecimentos em municípios de diversos Estados e em Brasília, tem por domicílio

- (A) qualquer cidade do País onde tiver realizado negócios.
- (B) necessária e exclusivamente a cidade de Belém, no Pará.
- (C) cada uma das capitais dos Estados em cujos Municípios possuir estabelecimentos.
- (D) cada um dos estabelecimentos para os atos nele praticados.
- (E) Brasília, por ser a Capital Federal.

41

Maria foi buscar seu filho na Escola Estadual Pereira Flores, passando pela Avenida das Rosas. No caminho, passou pelo prédio do Tribunal Regional Eleitoral e pela Praça das Árvores Frondosas, que fica em frente a um terreno desocupado de propriedade do Estado do Pará. De acordo com o Código Civil, a escola, a avenida, o prédio do TRE, a praça e o terreno são bens públicos, respectivamente classificados como

- (A) especial, especial, especial, de uso comum do povo, dominical.
- (B) de uso comum do povo, especial, dominical, de uso comum do povo, dominical.
- (C) dominical, de uso comum do povo, de uso comum do povo, especial, de uso comum do povo.
- (D) de uso comum do povo, de uso comum do povo, especial, de uso comum do povo, dominical.
- (E) especial, de uso comum do povo, especial, de uso comum do povo, dominical.

42

A delegação de prestação de serviço público mediante concorrência e o ato de delegação precária de serviço público correspondem, respectivamente, a

- (A) desconcentração e permissão.
- (B) permissão e desconcentração.
- (C) permissão e concessão.
- (D) concessão e permissão.
- (E) concessão e autorização.

43

O servidor público federal é sujeito à disciplina legal diferenciada dos trabalhadores da iniciativa privada.

O regime disciplinar do servidor público federal determina que

- (A) a advertência será aplicada por escrito no caso de o servidor aceitar comissão, emprego ou pensão de Estado estrangeiro.
- (B) a demissão será aplicada nos casos de falta injustificada por mais de trinta dias interpolados, acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, corrupção e improbidade administrativa, entre outros.
- (C) a demissão ou a destituição de cargo em comissão em virtude de corrupção implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (D) a punição para o servidor que injustificadamente se recusar a ser submetido à inspeção médica determinada por autoridade competente é a suspensão por trinta dias, que pode ser convertida em multa.
- (E) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal.

44

Marilda da Silva, servidora pública federal com estabilidade, requereu licença para acompanhar seu enteado, Antônio, em um tratamento para leucemia que envolve transplante de medula óssea.

Com base nessa situação específica e na Lei 8.112/90, é correto afirmar que

- (A) a Administração Pública pode conceder licença remunerada a Marilda por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, a cada período de 12 (doze) meses.
- (B) Marilda não tem direito à licença pois não se trata de seu filho, mas de seu enteado.
- (C) Marilda pode se licenciar sem remuneração por um período de até 120 (cento e vinte) dias, consecutivos ou não, a cada período de 12 (doze) meses.
- (D) a licença por motivo de doença em pessoa da família inclui, além do enteado, o padrasto e a madrasta do servidor.
- (E) o período de 12 meses a que alude a lei coincide com o ano civil.

45

Acerca da competência, é correto afirmar que

- (A) o Ministério Público será ouvido em todos os conflitos de competência, mas, naqueles em que a suscitar, ele terá a qualidade de parte.
- (B) a parte que, no processo, ofereceu exceção de incompetência pode, igualmente, suscitar conflito de competência.
- (C) há conflito de competência somente nos casos em que dois ou mais juízes se declaram competentes.
- (D) a competência cível da Justiça Federal é definida *ratione loci*.
- (E) a incompetência absoluta só pode ser arguida por meio de exceção.

46

A respeito das diversas formas de intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- (A) tanto o autor quanto o réu podem suscitar a nomeação à autoria, que se trata de instituto por meio do qual se introduz no processo aquele que deveria ter sido originariamente demandado.
- (B) na denúncia da lide feita pelo autor, o denunciado, em comparecendo, assume a posição de litisconsorte do denunciante, podendo, inclusive, aditar a petição inicial.
- (C) é inadmissível o chamamento ao processo do devedor na ação em que o fiador for réu.
- (D) o litisconsórcio necessário é sempre unitário, e o facultativo é sempre simples.
- (E) o Código de Processo Civil contempla com o benefício da prioridade na tramitação pessoal todos os idosos com idade igual ou superior a 60 anos que figuram como partes, mas não como intervenientes.

47

A respeito da prisão preventiva, é correto afirmar que

- (A) durante o inquérito policial não é possível a decretação da prisão preventiva pelo juiz *ex officio*, somente sendo ela permitida durante a instrução criminal.
- (B) o juiz pode decretar a prisão preventiva quando as provas dos autos indicam que o agente cometeu o fato em estrito cumprimento do dever legal, mas não se pode dizer o mesmo se o fato foi cometido em estado de necessidade.
- (C) o juiz pode revogar a prisão preventiva se verificar falta de motivo para a sua subsistência; entretanto, uma vez revogada, o juiz não pode decretá-la de novo.
- (D) nos termos do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser decretada como garantia da ordem pública ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- (E) a apresentação espontânea do acusado, confessando crime de autoria ignorada ou imputada a outrem, impede a decretação da prisão preventiva.

48

O servidor público pode responder civil, penal e administrativamente por seus atos.

A esse respeito, analise a tipificação das condutas pelo Código Penal e a descrição proposta para as situações delitivas a seguir:

I. Peculato culposo: apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.

II. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas: dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.

III. Prevaricação: retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

IV. Condescendência criminosa: devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensino de devassá-lo.

Assinale

- (A) se apenas os itens I, II e III estiverem corretos.
- (B) se apenas os itens II, III e IV estiverem corretos.
- (C) se apenas os itens II e III estiverem corretos.
- (D) se apenas os itens I e IV estiverem corretos.
- (E) se apenas os itens I, II e IV estiverem corretos.

49

Com base no Regimento Interno do TRE-PA (Resolução 2.909/2002), assinale a alternativa correta a respeito do Presidente do Tribunal Regional do Pará.

- (A) Será eleito dentre os desembargadores do Tribunal a cada dois anos, sendo possível a reeleição uma única vez, exceto nos casos de juiz eleito para completar mandato inferior a um ano.
- (B) De suas decisões caberá pedido de reconsideração, e, do seu indeferimento, caberá recurso para o Tribunal, ambos no prazo de trinta dias a contar da publicação ou da ciência dada ao interessado.
- (C) É impedido de decidir monocraticamente as questões relativas a direitos e deveres dos servidores, devendo submetê-las à apreciação do Tribunal.
- (D) É proclamado eleito presidente o juiz que obtiver a maioria absoluta de votos do Tribunal. Não sendo alcançada a maioria absoluta, proceder-se-á a novo escrutínio, sendo considerado eleito o mais votado. Ocorrendo empate na segunda votação, considerar-se-á eleito o juiz mais idoso no Tribunal e, se igual a idade, o mais antigo.
- (E) Terá eleição processada mediante escrutínio secreto, na sessão ordinária imediatamente anterior à expiração do biênio, ou à abertura de vaga, desde que presentes os desembargadores membros do Tribunal.

50

Com base na Resolução 3.771/2005, a respeito da função de chefe de cartório eleitoral, é correto afirmar que

- (A) deve ser exercida por servidor detentor de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do TRE-PA ou por pessoa com cargo em comissão, desde que seja indicada pelo juiz eleitoral.
- (B) compreende a atribuição de coordenar os trabalhos de apuração, transmissão e encaminhamento dos dados ao Tribunal, no prazo legal.
- (C) não pode ser exercida por pessoa que for filiada a partido político.
- (D) não pode ser exercida por parente consanguíneo, até o quarto grau, de qualquer magistrado.
- (E) envolve o dever de fornecer, aos que não votaram por motivo justificado, um certificado que os isente das sanções legais.



F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS

FGV PROJETOS